

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

CERES COTOSKY FERREIRA

**O “MODO TAHRIR” DE REVOLUÇÃO E AS REDES SOCIAIS: O CASO DO EGITO
COMO MODELO DE REVOLUÇÕES CONTEMPORÂNEAS NA PRIMAVERA ÁRABE**

**SÃO PAULO
2024**

Ceres Cotosky Ferreira

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Natália Nóbrega Mello.

SÃO PAULO
2024

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho, que simboliza o fim da minha jornada de graduação na PUC-SP, contou com o apoio de muitas pessoas importantes, e gostaria de deixar o meu agradecimento:

À minha família, que mesmo de longe me apoiou e incentivou ao estudo, principalmente meu pai Garibaldi, minha mãe Teresa, minha irmã Themis e meus irmãos de quatro patas Rocambole e Callahan;

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Natália Nóbrega de Mello, minha grande mentora durante o meu percurso acadêmico, com quem tive muitos aprendizados que levarei para o resto da minha caminhada;

Aos meus amigos do curso, pelo lindo laço que construímos tanto nas rampas da PUC quanto fora da faculdade;

À Batéri, por ter me dado as alegrias de sábado à tarde e ter me ensinado que família também pode ser formada por amigos;

E, finalmente, à Universidade, por incentivar a pesquisa acadêmica e por ter sido o ambiente que me acolheu nesses últimos anos.

RESUMO

Em 25 de janeiro de 2011, os primeiros protestos da Primavera Árabe no Egito eclodiram, pedindo por reformas políticas e expressando a indignação da população com o regime autoritário em vigor. A praça Tahrir, ponto central de Cairo, reuniu manifestantes que utilizavam a tecnologia para a sua organização revolucionária e, mais especificamente, as redes sociais. A inserção desses recursos de comunicação simbolizou uma nova dinâmica de revoluções, na qual plataformas como o Youtube, Facebook e Twitter permitiram a maior participação da sociedade civil na transmissão de informações. No decorrer do movimento, a juventude destacou-se como a parcela da população com maior engajamento *online*, devido a sua maior familiaridade com as mídias digitais e, em conjunto, por serem mais afetados pelas consequências da crise econômica no país. A revolução egípcia mostrou o aspecto internacional das revoltas populares: da mesma forma que as repercussões globais da crise de 2008 foram importantes para o surgimento das revoltas populares, outro fator importante foram as plataformas digitais controladas por empresas transnacionais que também passaram a ser detentoras de poder político. O poder, portanto, conectou-se à esfera da informação: por um lado, empresas tecnológicas monetizavam a sua detenção de dados e, por outro, governos autoritários os utilizavam para o controle da população. Sendo assim, o presente trabalho busca demonstrar porque o caso egípcio serve como um modelo para o estudo das revoluções na atualidade, tanto em seus aspectos revolucionários, quanto nos contrarrevolucionários.

Palavras-chave: Egito. Primavera Árabe. Redes Sociais. Revolução.

SUMÁRIO

1. Introdução	6
2. A construção de uma estrutura revolucionária nas redes sociais	8
2.1 O modo Tahrir de revolução: novas mídias no Egito como modelo revolucionário na Primavera Árabe	14
2.2. Juventude, revolução e redes sociais	19
3. Mídias sociais enquanto armas da contrarrevolução	21
4. Considerações finais	24
Referências Bibliográficas	27

1. Introdução

Os movimentos de revolta popular, ao longo da história, sempre tiveram como recurso imprescindível a comunicação, que poderia ser representada por debates políticos, organização de manifestações, ou disseminação de novas ideologias. Como explica Thomas Tufte (2013), as grandes modificações do desenvolvimento da sociedade iniciaram-se com a mobilização e comunicação entre as parcelas da sociedade que exigiam mudanças, a exemplo das mulheres sufragistas no século XIX e do movimento de direitos civis dos anos 1960. No entanto, a partir dos anos 1990, a sociabilidade conta com novas ferramentas: a comunicação em tempo real, devido às tecnologias de satélites, e novos aparelhos individuais, os celulares. Assim, conforme essas novas tecnologias se popularizam, elas também passam a provocar mudanças nas dinâmicas revolucionárias, que dispõem de novos recursos de organização e divulgação.

Sob esse prisma, um dos eventos políticos e revolucionários mais marcantes do início do século XXI, a Primavera Árabe, evidencia como os recursos da internet podem ser utilizados a favor dos movimentos populares. Tendo início em 2011, a morte do vendedor de frutas tunisiano Mohamed Bouazizi foi o estopim para uma revolta contra as altas taxas de desemprego, corrupção e pobreza com as quais os países do Magreb conviviam. A partir desse episódio, os protestos, que em um primeiro momento se referiam aos acontecimentos nacionais na Tunísia, tornaram-se uma demonstração internacional de revolta contra os regimes vigentes nos países vizinhos, que viviam situações semelhantes de governo.

Dentro dessa conjuntura, o Egito destaca-se como um dos países da região a ser mais bem sucedido ao mobilizar a sua população e derrubar o governo do antigo presidente, Hosni Mubarak. A nação egípcia, uma das mais influentes do Magreb, vivia sob o governo autocrata desde o ano de 1981, num regime que, segundo Ann M. Lesch (2011), foi progressivamente restringindo os direitos políticos, econômicos e sociais da população e, conseqüentemente, construindo um descontentamento com as suas ações. Essa situação se ilustra pela concentração das decisões do governo no setor Executivo, e, mais notadamente, pela criação de um sistema eleitoral no qual os prefeitos e governadores eram indicados pelo presidente, o que garantia um monopólio do partido do qual Mubarak fazia parte, o Partido Nacional Democrático (PND), em escala local e nacional (Lesch, 2011).

Posto isto, uma das características que levou as outras nações em protestos a se espelharem no Egito foi o uso de plataformas de interações sociais para fins políticos, que teve grande aproveitamento por parte de ativistas e membros do movimento. Ademais, de acordo

com Vivian Patricia Peron Vieira (2013), o caráter portátil dos aparelhos celulares faz com que a comunicação possa ocorrer desde os pontos de revolução, com a criação de imagens e de narrativas em tempo real. Assim sendo, com o avanço da tecnologia e o crescimento da posse individual de dispositivos como celulares e computadores, a informação torna-se mais facilmente acessível, e permite uma amplificação de reivindicações da população.

Nesse sentido, o fenômeno da revolução popular no Egito, dentro do contexto regional da Primavera Árabe, pode ser considerado como um marco para a participação popular na política, através dos avanços tecnológicos e da popularização das mídias sociais. O surgimento de plataformas de compartilhamento de mensagens, fotos e vídeos, como Facebook, Twitter e Instagram, por exemplo, permite que o trânsito de informação não tenha como fonte única as mídias profissionais. Sob uma outra perspectiva, as redes sociais se caracterizam por uma comunicação que não se restringe a apenas um receptor, como no caso da limitação das mensagens de texto de aplicativos mais rudimentares, e passa a permitir que os seus usuários tenham o mesmo alcance que, anteriormente, apenas as mídias *mainstream* conseguiriam atingir.

Desse modo, as redes sociais surgem como uma ferramenta que atinge mais pessoas e que possibilita que a sociedade civil tenha parte na produção de conteúdos de comunicação, para além de um domínio de grandes mídias, no que Vieira (2013) descreve como “protagonismo social no processo comunicativo”(p. 3). Nesse sentido, em um contexto revolucionário, o acesso à internet instiga e facilita o acesso aos processos políticos através da discussão de assuntos políticos neste ambiente social. Para além disso, é importante relevar o fator organizacional que as redes sociais proporcionam, visto que os protestos e reuniões físicas, por exemplo, são feitos com maior agilidade e alcance através desses recursos da internet.

Em uma outra perspectiva, segundo Nahed Eltantawy e Julie B. Wiest (2011), as redes sociais são um espaço de reconhecimento de pessoas marginalizadas enquanto uma comunidade, que pode criar um senso de coletividade e conectar atores de uma mesma causa. Ou seja, o sentimento de pertencimento, necessário para a manutenção de um movimento popular, é feito, também, utilizando a comunicação e a exposição nas redes sociais.

Ademais, no que Eltantawy e Wiest (2011) denominam de “ciberativismo”, a comunicação digital é utilizada como plataforma de promoção de diversas maneiras de ativismo, como por exemplo boicotes e manifestações físicas. Sendo assim, a não-restrição física do ciberativismo faz com que esses movimentos também possam ultrapassar fronteiras, o que traz uma perspectiva do envolvimento global em assuntos domésticos ou regionais que, através da internet, atraem a atenção e ação da população civil internacional.

Nesse sentido, a popularização da internet e a acessibilidade econômica aos aparelhos celulares configuraram-se, também, como uma forma de potencial fortalecimento democrático (Vieira, 2013). Isto é, em países nos quais as elites políticas detêm os meios de comunicação, as redes sociais podem ser percebidas como instrumentos para a organização de oposições e reivindicações contrárias às impostas, visto que ampliam o acesso às questões políticas e ajudam na disseminação de discussões que são do interesse da população.

Tendo isso em vista, o estudo da relação entre os protestos no Egito em 2011 e o uso da internet se mostra pertinente para compreender um período no qual as plataformas sociais, ainda em sua gênese, foram percebidas como possíveis ferramentas para a conectividade dos grupos revolucionários e a divulgação de informações partindo da população civil. Nessa conjuntura, a Primavera Árabe foi um dos primeiros movimentos a ser transmitido por aparelhos pessoais que permitiam que a sociedade civil fosse produtora de conteúdos que amplificassem a revolução.

Em suma, o presente trabalho procura explicar como o início da popularização das redes sociais, como o Twitter, Facebook e Youtube, coincidiram com o período das revoltas no Egito em 2011, e, conseqüentemente, fizeram com que o país fosse um criador de tendências tanto revolucionárias, quanto contrarrevolucionárias, no que diz respeito à utilização dessas novas mídias. Assim, para o entendimento das revoluções da atualidade, é imperativo compreender a nova variável de comunicação trazida pelas mídias digitais, o que buscará ser ilustrado através dos eventos que levaram os egípcios às ruas de Cairo e que, posteriormente, tornou-se um símbolo de uma nova era de revolução.

2. A construção de uma estrutura revolucionária nas redes sociais

Em 2010, a então Secretária de Estado Hillary Clinton afirmou que “a disseminação de redes de informação está formando um novo sistema nervoso para o nosso planeta” (Clinton, 2010). Nesse sentido, Clinton, em discurso sobre a possibilidade de liberdade que as novas tecnologias de comunicação possibilitam, descreve que a conectividade, em países autoritários, está “ajudando as pessoas a descobrir novos fatos e responsabilizando governos” (Clinton, 2010).

A participação política das populações, em específico através de movimentos sociais, é estudada por diversas áreas das humanidades, com o propósito de compreender os padrões que surgem de mobilizações populares e as suas expressões políticas. Paralelamente a essa

conjuntura, nos anos 1970 desenvolve-se no campo da sociologia a “Resource Mobilization Theory (RM theory)”, a fim de estabelecer uma teoria sobre as expressões políticas populares e tentar localizar as suas práticas em comum, e que tem como um de seus representantes Steven Buechler (1993). A teoria, criada após os movimentos de direitos civis dos Estados Unidos nos anos 1960, foi uma abordagem que, ao contrário dos antigos estudos sobre as mobilizações populares, que definiam os protestos como apenas uma reação espontânea da população face a uma injustiça social, as definiam como movimentos racionais e organizados. Nesse contexto temporal, Buechler (1993) explica as dificuldades entre a capacidade de mobilização entre grupos de elites políticas e a da sociedade civil, na medida em que “enquanto grupos estabelecidos e de interesses especiais têm acessos rotineiros e de baixo custo aos tomadores de decisões poderosos, os movimentos sociais devem pagar maiores preços a fim de ganhar comparável nível de influência na política” (Buechler, 1993, p. 218, tradução nossa).

Contudo, a criação das redes sociais permitiu a atenuação das disparidades sociais no acesso à influência política e alcance das informações. É isso que abordam os autores Nahed Eltantawy e Julie B. Wiest (2011), analisando o contexto de movimentos sociais contemporâneos e as suas implicações na teoria RM. Assim, da mesma maneira que a teoria surgiu com o intuito de representar a realidade dos movimentos civis da época, a criação de novos recursos tecnológicos fez com que, segundo Eltantawy e Wiest (2011), as definições acadêmicas daquela não fossem suficientes para representar as mudanças no acesso à comunicação da sociedade civil. Eles argumentam que a contribuição acadêmica ao estudo das mobilizações por intermédio das tecnologias mais avançadas ainda é escassa, visto que as teorias devem acompanhar as mudanças factíveis dos modelos de revolução. Sendo assim, ainda existe uma lacuna acadêmica quanto aos padrões de organizações revolucionárias dentro de uma nova era, que conta com recursos de plataformas digitais e da internet.

O aspecto internacional das revoluções, contudo, só foi recentemente abordado nas produções acadêmicas internacionalistas de revoluções. Fred Halliday (1999a) reflete em sua obra “Repensando as Relações Internacionais” que as mudanças que as revoluções provocaram no contexto global passaram a ser abordadas apenas nos anos 1970, e que eram vistas como eventos de caráter doméstico. As revoluções, segundo o autor, “Longe de serem marginais ou atípicos para a história dos Estados e do sistema internacional, são pontos de transição e de formação os quais o mundo moderno não seria como é” (Halliday, 1999a, p.143).

Halliday (1999b) afirma que se limitar a uma divisão estatal na análise de revoluções faz com que importantes motivações e causas, ao se revestirem de características internacionais, sejam ignoradas para a análise dessas revoltas. Assim, em última instância, as revoluções fazem

parte de um contexto transnacional mais amplo que as limitações estatais, na medida em que são “os movimentos que fazem as revoluções quebrar as barreiras entre Estados, e direcionam diferentes sociedades no rumo de uma maior solidariedade” (Halliday, 1999b, p. 316, tradução nossa). O autor ressalta, então, que movimentos transnacionais também podem levar a formações semelhantes de estruturas sociais e estatais, o que, ao abordar relações sociais, reforça a solidariedade para além de fronteiras nacionais, devido à similaridade de situações pelas quais essas populações vivem.

Dessa maneira, a comunicação no interior da região do Oriente Médio que foi palco da Primavera Árabe é facilitada pela forte conexão social, política e religiosa compartilhada entre os países. No caso do Oriente Médio, Halliday (2005) destaca a formação de um “nacionalismo árabe” (p. 62), no qual há vontade de afirmação de uma independência cultural e territorial dentro do histórico de imperialismo vivenciado por essas nações, que passa por um sentimento de revolta desde o Império Britânico até a luta por domínio regional com Israel. Com isso, cria-se uma solidariedade entre as nações árabes, que aproxima os processos políticos da região e na qual movimentos de uma população têm influência sobre outros.

Nesse aspecto, o Egito tem, historicamente, um papel central na região do Oriente Médio. O país teve uma das demonstrações mais expressivas de um sentimento de nacionalismo face aos domínios coloniais, através do nasserismo em 1953, na qual houve a tentativa de uma união territorial de um Estado árabe (Halliday, 2005). Nesse contexto, o momento da Primavera Árabe trouxe à tona uma raiva e indignação compartilhada na região dos países árabes (Korpiola; Sumiala, 2017). Assim, a fim de compreender a simultaneidade revolucionária no Oriente Médio, é necessário observar como essas tendências ocorrem e quais são as suas origens.

De início, Halliday (1999b) cita os “casos exemplares” (p. 38) como importantes criadores de reverberações revolucionárias, ou seja, como eles podem ser importantes para a criação de novos movimentos que sejam influenciados por revoluções passadas. O autor explica esse movimento como de caráter internacional, na medida em que:

[...]tanto na revolução como na contra-revolução, é o carácter ideológico e exemplar, tanto quanto a força armamentícia ou a pressão diplomática, que permite a um lado expandir a sua influência internacionalmente. Revolucionários e contra-revolucionários procuram desafiar o sistema de Estados e o sentimento nacional: contra o princípio da não-interferência, invocam explicitamente obrigações mais elevadas e agem em conformidade. Na medida em que dependem do sistema estatal para alcançar estes objectivos internacionais, tendem a fracassar. No entanto, a longo prazo, as ligações entre as sociedades e os efeitos demonstrativos de uma sobre a outra transcendem e minam os Estados. Fazem-no de uma forma e numa escala de tempo

que nem os revolucionários nem os contra-revolucionários poderiam ter previsto. (Halliday, 1999b, p. 232, tradução nossa)

Isto é, Halliday (1999b) defende que, tanto as dinâmicas revolucionárias quanto as contrarrevolucionárias tendem a extrapolar o limite estatal, e que as conexões e trocas entre os revolucionários não se limita a fazer parte de uma mesma sociedade ou nação, mas que os movimentos podem reverberar ao redor do globo.

Sob essa análise, George Lawson (2015) destaca que fatores da dinâmica internacional foram importantes motivações para os protestos revolucionários no Egito em 2011. Uma das razões pela qual os movimentos pró-democracia passaram a ter mais notoriedade nos países árabes foi o final da Guerra Fria, quando a independência dos países europeus do governo soviético fortaleceu um sentimento de quebra de regimes autoritários e aspiração por governos democráticos (Lawson, 2015). Similarmente, a promoção da democracia pelos países ocidentais após a Guerra Fria gerou uma pressão externa para que ditadores como Hosni Mubarak fossem mais permissivos quanto aos grupos de direitos humanos. Essa situação pode ser ilustrada através do investimento da United States Agency for International Development (USAID) e do Banco Mundial em uma maior participação das margens da população na política (Faris; Snider, 2011). Esses investimentos, que se deram a partir da década de 1990, focavam primordialmente em “eleições e participação política, sociedade civil, Estado de Direito e governança”, como destacam David Faris e Erin Snider (2011, p. 50).

Entretanto, a presença desses programas na região do Oriente Médio também tinha como objetivo promover a privatização e reformas de mercado, a fim de não apenas exercer sua influência moral de promoção da democracia, mas também estabelecer políticas neoliberais que os beneficiassem enquanto potência hegemônica. Nesse sentido, apesar de terem auxiliado grupos da sociedade civil a terem mais participação política, as reformas econômicas promovidas por agentes transnacionais posteriormente vieram a ser um dos causadores do aumento de desemprego e precarização do trabalho na região, e que levou às revoltas populares vividas nas próximas décadas.

Para este efeito, Diane Singerman (2013) afirma que as reformas neoliberais “lubrificaram” (p.1) a difusão regional da Primavera Árabe, na medida em que criaram uma população excluída economicamente e cuja vida adulta foi “atrasada” por empecilhos econômicos. Percebe-se, portanto, que o estopim da revolução, com a morte do vendedor tunisiano, ressoa nos outros países devido a condições compartilhadas. Isto é, a informalidade empregatícia era uma realidade vivenciada pela região do Oriente Médio, onde os trabalhadores viviam com insegurança salarial e ausência de direitos trabalhistas, de modo que, no Egito,

aproximadamente 60% da população em atividade laboral atuava na informalidade (Singerman, 2013).

Assim, Lawson (2015) destaca a formação de um “novo ambiente midiático” (p. 458) o qual possibilitou a solidarização dos grupos de oposição e a diminuição do medo de fazer parte de revoltas, no que chama de “gatilhos emocionais” (p. 457), que reúne insatisfações com as condições autoritárias sob as quais diferentes partes do mundo estão submetidas. A formação dessa conjuntura, portanto, se deu através de diversas demonstrações de uso das redes sociais em protestos ao redor do globo, que tiveram repercussões e trouxeram relevância internacional para causas revolucionárias, utilizando canais que não as mídias tradicionais. Assim, a sociedade civil, enquanto organizadora e promotora dessa viralização, passou a ver na internet um recurso que não apenas divulgasse manifestações em tempo real, mas também que conectasse revolucionários para além da fronteira nacional. Dentre esses eventos, Lawson destaca:

“Telefones celulares e mensagens de texto tiveram um papel importante na “Revolução Laranja” na Ucrânia em 2004. Em adição, as mídias sociais começaram a ser vistas como de grande influência em revoltas em massa, após o uso extensivo do Youtube durante a “Revolução Saffron” em 2007 em Mianmar, a “Revolução do Twitter” na Moldávia em 2009 e a “Revolução Verde” no Irã no mesmo ano. (Lawson, 2015, p. 461, tradução nossa)

A partir da exposição das influências dos movimentos internacionais, percebe-se que os países em revolução na Primavera Árabe compartilhavam mazelas sociais produzidas por fatores externos. Desse modo, dadas as similaridades políticas, pode-se inferir que também ocorreu a difusão de métodos revolucionários, a partir de uma maior familiarização com as novas tecnologias de comunicação e a criação de fóruns abertos no qual as populações poderiam compartilhar suas perspectivas de revoluções. Philip Howard e Muzammil Hussain (2011) afirmam que, apenas algumas semanas após os primeiros protestos em janeiro de 2011, documentos pdfs circulavam online com um compilado de dicas de como fazer protestos organizados e bem sucedidos.

Nesse sentido, de acordo com Marc Lynch (2007), estudioso dos métodos revolucionários da Primavera Árabe, os *blogs* da região do Oriente Médio ganharam força com a popularização de aparelhos tecnológicos que permitiram uma transmissão de informações para um público nacional e internacional. A fim de evidenciar as diferenças políticas dos usos de plataformas de comunicação digitais, o autor divide as atividades da internet em três diferentes modelos: i) ativistas; ii) *bridgebloggers* e iii) *bloggers* de esfera pública. Em primeiro plano, os ativistas possuem uma conexão ativa com a política, e utilizam dos meios da *internet*

para a organização de protestos e atração de membros que compartilhem de suas reivindicações. Já os *bridgebloggers* referem-se a uma divisão de comunicadores que têm como intuito internacionalizar as situações domésticas árabes, e geralmente escrevem na língua inglesa, a fim de obter um alcance universal. Por fim, os escritores da esfera pública aproximam-se de comentaristas das políticas domésticas árabes, mas não possuem caráter de organização política.

O seu sucesso se deu, como destaca Lynch (2007), devido à rapidez na qual os eventos foram noticiados e que as imagens foram disseminadas, o que trouxe uma legitimidade a esses meios de comunicação enquanto fontes de eventos políticos. Assim, o autor destaca que as técnicas utilizadas pelo ativismo dos *blogs* no Egito da década de 2000 foram essenciais para a construção de uma estrutura de organização online que viria a ser utilizada posteriormente nos protestos com início em 2011 (Lynch, 2007).

Ademais, como enfatiza Eid Mohamed (2019), as redes sociais foram importantes ferramentas para a disseminação de uma cultura revolucionária. Assim, o autor destaca uma centralidade cultural para a ignição de movimentos revolucionários, ao resgatar teóricos como Antonio Gramsci e Matthew Arnold, que, ao analisarem as razões para revoltas sociais, dão destaque para o uso da cultura enquanto meio de expressão de tais manifestações (Mohamed, 2019). No que denomina de “cultura árabe transnacional”, Mohamed (2019) afirma que a sensibilização pelo conteúdo das postagens em redes sociais se dá por uma cultura compartilhada, que afirma ser importante para que o movimento de 2011 não se limitasse a uma nação. Nesse sentido, Mohamed (2019) cita como a poesia que se tornou o grito organizado das revoltas na Praça Tahir do Egito posteriormente se disseminou em outros países como o Iraque e a Síria.

Sendo assim, a Primavera Árabe, como movimento transnacional, revelou diversos protagonismos do Egito que foram de importância não somente para essa nação, mas que, com o auxílio das redes sociais, possibilitou um espelhamento da região que vivenciou as revoltas. O surgimento de novas tecnologias midiáticas levou a nação egípcia, portanto, a um destaque enquanto representante de tendências revolucionárias regionais, onde o país tem esta posição não somente nos acontecimentos de 2011, mas também nos seus períodos antecedentes e subsequentes. A partir disso, essa pesquisa parte do seguinte questionamento: o Egito, enquanto potência regional e importante caso de revolução no período contemporâneo, pode ser visto como um modelo e criador de tendências internacionais quanto ao uso das redes sociais em contexto revolucionário?

2.1 O modo Tahrir de revolução: novas mídias no Egito como modelo revolucionário na Primavera Árabe

Paolo Gerbaudo (2012), ao descrever a introdução das redes sociais para a organização revolucionária, denomina-a de modelo “Tahrir” de revolução, como referência à praça central de Cairo, que foi palco das manifestações de 2011. Nesse contexto, a praça Tahrir é um símbolo dos movimentos sociais no Egito, sendo o núcleo não somente de protestos, mas também de produções culturais do imaginário revolucionário e o lugar de maior visibilidade de revoltas políticas.

A pertinência do estudo do caso egípcio se dá, ademais, pela centralidade que ele detém na região, como explicam Bahgat Korany e Rabad El Mahdi (2012) no livro “Arab Spring in Egypt: Revolution and Beyond”:

O Egito não é, entretanto, visto como único, mas como representativo de tendências regionais, ou como um caso de estudo comparativo. Por exemplo, vários aspectos dos protestos egípcios ecoaram pela região: os slogans, elementos da juventude, e o uso das redes sociais refletiram e inspiraram táticas de protestos em outros países do Marrocos ao Iêmen. Enquanto a Tunísia foi a faísca para essas revoltas, o Egito, devido às suas razões históricas, políticas e demográficas tornou essa faísca em um completo fogo (El Madhi, Korany, p. 12, 2012, tradução nossa).

Para compreender a organização da revolução egípcia por intermédio das redes sociais, é necessário fazer uma reconstrução histórica dos pontos importantes para expor porque, em primeiro lugar, os movimentos sociais predecessores foram de importância para a culminação na Primavera Árabe e, posteriormente, na importância do Egito para os movimentos revolucionários contemporâneos. Com isso, a relevância do caso egípcio para a criação dessas tendências revolucionárias se dá, em um primeiro momento, através da maior acessibilidade da população às mídias não tradicionais.

A comercialização da internet no Egito, como destaca Naila Nabil Hamdy (2008), começou apenas em 1996, três anos após a introdução desse recurso de forma limitada em órgãos do governo e universidades. O crescimento do recurso, no entanto, foi percebido com rapidez: enquanto até o ano 2000 apenas 457.000 pessoas eram conectadas online, em 2006 esse número aumentou para 11 milhões de pessoas, dos 70 milhões de habitantes no Egito (World Bank, 2024).

Essa conjuntura, pois, possibilitou a formação de o que Marc Lynch (2015) chama de “ecologia midiática” (p. 92). Assim, a junção de mídias televisivas, impressas, e redes sociais formava uma rede simbiótica que servia como importante concorrência às mídias tradicionais estatais, e eram os principais veículos de críticas ao governo de Mubarak. O histórico de mídias no Egito, portanto, é descrito pelo autor:

O Egito sempre teve uma esfera pública mais robusta e participativa que outros regimes autoritários árabes mais firmemente controlados. O regime de Mubarak controlou os jornalistas enquanto o serviço de inteligência reforçou algumas linhas vermelhas, mas os jornais egípcios tinham criticismos regulares, colunistas independentes e jornalistas críticos. Bem antes da revolução, a mídia no Egito havia evoluído para uma mistura de dinossauros administrados pelo Estado, respeitáveis jornais diários privados, e tablóides, acompanhados mais recentemente por blogs ativistas e redes sociais (Lynch, 2015, p. 94, tradução nossa)

Assim, uma das primeiras inserções dos métodos digitais para a mobilização popular se deu no Egito pré-revolucionário via *blogs* ativistas, que tiveram como primeiras repercussões significativas o registro de protestos em maio de 2005, do movimento “Kefaya”, que se traduz do árabe para “basta”. Apesar de no Egito este movimento se referir à vontade de cessar o regime de Moubarak, os protestos da Kefaya partiram de manifestações no Oriente Médio com início em 2003, para exigir o fim do conflito no Iraque e das condições precárias de vida na Palestina, como aponta CC Radsch (2016). Dessa forma, em um contexto de repressão política vivenciado no Egito e nos demais países da região, os *blogs* e as redes sociais surgiram como um ambiente de liberdade de expressão e horizontalidade nos debates acerca das mudanças políticas que a população propunha (Radsch, 2016).

Posteriormente, em 2006, Rania Al Malky (2007) explica que um cidadão chamado Malek Mostafa denunciou, através do seu *blog*, abusos sexuais cometidos na região central de Cairo, que outrora haviam sido evitados pelas mídias tradicionais do país. Dessa maneira, essa foi uma das primeiras situações que mostrou como as redes sociais poderiam servir para contornar uma mídia comandada pelo Estado autoritário, no que Malek descreve uma possibilidade de “criar uma nova espécie de jornalistas cidadãos que comunicam o que testemunham, como qualquer correspondente” (Malky, 2007, tradução nossa).

O Egito, portanto, teve uma das primeiras demonstrações de organização política através das redes sociais, o que foi imprescindível para que, no movimento da Primavera Árabe, já houvesse uma assimilação com os meios digitais enquanto fóruns de comunicação. Para isso, Malky (2007) explica:

No Egito, líderes da sociedade civil usaram a internet para se comunicar com públicos estrangeiros e domésticos, formando laços com grupos de mesma ideologia, arrecadando fundos a partir de assinaturas no grupo, ativando suporte em tempos de crise, e prover serviços sociais. Eles também usam a internet como uma ferramenta para criticar o governo e oferecer alternativas políticas (Malky, 2007, p. 3, tradução nossa)

Ademais, Radsch (2016) afirma que as redes sociais criaram um ambiente no qual as demonstrações políticas se tornaram mais normalizadas, em um país que, sob um regime

autoritário, tinha a sua cultura de protestos apaziguada pelo receio de repressão. Assim, o autor explica que:

Asabiyah virtual tornou a ação coletiva das ruas menos assustadora, porque as pessoas poderiam ver que outros se sentiam da mesma forma e planejavam tomar as ruas. O ciberativismo permitiu a eles ultrapassar algumas barreiras para a ação coletiva, enquanto reforçava laços psicossociais online e offline.(Radsch, 2016, p. 192, tradução nossa)

Nesse contexto, três anos antes dos eventos da Primavera Árabe, ocorreu uma das maiores demonstrações da organização civil através da internet, que ficou conhecida como o “Movimento Jovem 6 de Abril”. Esraa Abd el Fattah, um ativista egípcio, ao observar o início das greves, criou páginas no Facebook e no Twitter, a fim de conscientizar a população e trazer apoiadores à causa (Mansour, 2012), o que rendeu uma menção da Anistia Internacional em seu relatório anual, afirmando que as redes sociais seriam um meio que possibilitasse a luta pelos direitos humanos (Mansour, 2012). Assim, o que iniciou como um protesto de trabalhadores de fábricas têxteis passou a ser um movimento de caráter nacional, com a disseminação das greves e que ficou marcado como um dos eventos de base para a revolução que levou à queda de Mubarak.

Um dos momentos mais cruciais ao início da Revolução de 2011 foi, no entanto, o assassinato do jovem egípcio Khaled Said, sob custódia da polícia do país, em junho de 2010. O ocorrido, de acordo com Kamis e Vaughn (2012), despertou uma assemelhação da população com Said, bem como um sentimento de indignação com a brutalidade policial vivida pelos cidadãos egípcios. Dessa maneira, foi criada a página no Facebook “somos todos Khaled Said”, que em sua primeira semana teve 500 mil acessos e provocou protestos em Cairo, Alexandria e Suez (Mansour, 2012). Com isso, a popularização de um mártir através de uma plataforma online gerou uma das primeiras demonstrações de alcance que as redes sociais poderiam ter, e como a revolta popular poderia sair de um espaço online para ocupações de ruas e praças públicas.

Nesse sentido, a repercussão desse movimento foi para além das fronteiras do Egito, com uma página de iniciativa de cidadãos do Reino Unido criada com o nome de “We are all Khaled Said”, com o intuito de ser uma cópia da página em árabe, mas que, através das postagens redigidas em inglês, gerasse maior conscientização globalmente (Kamis; Vaughn, 2012). A partir desse contexto, Gerbaudo (2012) destaca a conexão entre os revolucionários e o uso das redes sociais, as quais permitiram a presença à distância de visualizadores e potenciais apoiadores, mesmo não estando fisicamente nos locais de revoluções, e indica como as práticas

de usos de redes sociais iniciadas no Egito se disseminaram para além dos limites da região do Magreb, por meio do caráter de manifestações digitais na Espanha em 2015.

Ademais, no mesmo ano de 2011, o movimento “Occupy Wall Street” em Nova Iorque teve a presença de revolucionários egípcios, incluindo Mahfouz, em um movimento de solidariedade por parte dos ativistas árabes, mas também de reconhecimento da relevância desses atores para o resto do mundo. Dessa maneira, cria-se uma rede revolucionária que não se limita às fronteiras nacionais, como já analisava Halliday (1999), na qual reivindicações em comum levam ao compartilhamento de demonstrações de revolta.

Os países da região, contudo, que compartilhavam da luta contra a violência policial, foram os maiores destaques de menções nas páginas dedicadas a Said, em solidariedade aos congêneres como a Líbia, Tunísia e Iêmen, que tiveram movimentos revolucionários concomitantemente ao Egito. Nesse contexto, em um levantamento feito por Muzammil Hussain e Philip Howard (2013), os eventos de deposição de governos na região do Oriente Médio geraram repercussões nos países vizinhos, em manifestações de apoio e compartilhamento de indignação. Quanto ao Egito, a queda de Mubarak acarretou aproximadamente 3.400 tweets diários de territórios externos ao Egito, que ultrapassaram os 2.200 tweets feitos com a fuga de Ben Ali na Tunísia. Um fator que os pesquisadores destacam é que estas mensagens foram feitas em árabe, o que simbolizou uma comunicação regional. Sendo assim, o papel dos “jornalistas cidadãos” através de redes alternativas foi importante devido aos contornos feitos à temática revolucionária nas mídias tradicionais controladas pelo Estado.

No entanto, é necessário compreender o papel das redes sociais como um catalisador dos movimentos sociais da Primavera Árabe, e não um dos fatores que a permitiu acontecer. O uso da tecnologia, portanto, seria uma “arma” que fortalece a coletividade dos movimentos políticos, mas não é imprescindível à sua organização e acontecimento. A problemática é explicada por Paolo Gerbaudo (2012) em seu livro “Tweets and the Streets: Social Media and Contemporary Activism”, na qual a define como:

O problema vem, entretanto, quando as redes sociais são transformadas em um “fetichismo” da ação coletiva; em outras palavras, quando tais mídias são encobertas com qualidades místicas que apenas ofusca o trabalho dos grupos e organizadores que as utilizam. Quando isso acontece, o discurso tecno-visionário nas redes sociais aparece enquanto uma reflexão da ideologia neoliberal, incapaz de compreender a ação coletiva se não como o resultado de algum tipo de milagre tecnológico que fugazmente liga indivíduos egoístas. [...] o processo de mobilização não pode ser reduzido aos recursos materiais da tecnologia que utilizam, mas também envolve a construção de significados, identidades e narrativas compartilhadas (Gerbaudo, p. 8, 2012, tradução nossa)

Assim, as redes sociais potencializam as relações interpessoais já existentes na sociedade, no que diz respeito a reivindicações da população, denúncias de violências e disseminação de ideologias, e foram utilizadas como instrumento de ativismo, no sentido em que:

[...] durante os protestos de janeiro de 2011 foi muito claro como os ativistas utilizaram suas redes e relacionamentos existentes, entre si e com a mídia, para espalhar as suas mensagens. Blogueiros usaram as redes sociais e conexões com jornais locais e internacionais. Sindicalistas amplamente capitalizaram as suas redes em fábricas e ambientes de trabalho com movimentos sindicais. Ativistas de direitos humanos mobilizaram o apoio da sociedade civil global. Mais importante, os fãs de futebol conhecidos como “Ultras” usaram as suas estruturas organizacionais e táticas de combate à polícia como recursos para capturar o espaço de protesto em Cairo, na Praça Tahrir, e para proteger outros protestantes da brutalidade policial (El Madhi; Korany, 2012, tradução nossa)

É necessário, pois, compreender o uso das redes sociais como uma ferramenta que fortaleceu os movimentos revolucionários, mas que não é imprescindível ao seu acontecimento.

Deste modo, a participação popular na construção de narrativas e compartilhamento de informações recebe novas plataformas criadas no espaço digital. A fim de explicar essa nova visibilidade da sociedade civil, Vivian Patricia Peron Vieira (2013) destaca o termo “jornalistas-cidadãos”, criado para atribuir o compartilhamento de informações à participação civil, que passam a reportar ou mesmo denunciar acontecimentos nas suas sociedades. Assim, podendo ou não estar atrelado ao ativismo, as fontes midiáticas não se limitam mais às mídias tradicionais e passam a utilizar recursos compartilhados pela população, por meio de seus aparelhos individuais e o uso da internet.

Esta visão, abordada por Vieira (2013), afirma que os movimentos populares já contavam com redes alternativas de comunicação para a mobilização, mas que a internet surge como uma ferramenta que proporciona maior velocidade na transmissão e acesso à informação. Assim, ao contrário da comunicação dominada pelo jornalismo *mainstream*, a partir dos anos 1990 os meios de comunicação passaram a ter maior participação da sociedade civil, com a popularização do acesso a aparelhos individuais de comunicação, e a criação de alternativas às mídias tradicionais. No contexto do uso das redes sociais, devido à maior familiarização com as novas tecnologias e a sua incorporação na socialização cotidiana, o uso do recurso também em contextos revolucionários se destaca numa parcela da população: a juventude.

2.2. Juventude, revolução e redes sociais

Em seu estudo sobre as características demográficas da Primavera Árabe no Egito, Daniel LaGraffe (2012) observou que uma tendência se reproduz: jovens, não-estudantes e em

situação de desemprego. Essa situação não era incomum à comunidade jovem, visto que o efeito das reformas liberalizantes no Egito e as consequências tardias da crise econômica mundial de 2008, em conjunto com a sujeição a um governo autoritário, foi de impacto para a empregabilidade, poder de compra e, conseqüentemente, a qualidade de vida da juventude.

Nessa conjuntura, as pessoas de até 24 anos no Egito representavam, em 2011, aproximadamente 51,3% da população do país (Stoenescu, 2014). Paralelamente a isso, as taxas de desemprego à véspera da revolução eram expressivas, com 29,7% da população jovem do Egito vivendo com a falta de trabalho, tendência que se observava similarmente em países com a Tunísia e a Palestina, com 42,3% e 35,7%, respectivamente. Esse cenário regional comprometia as perspectivas de um futuro com segurança econômica e qualidade de vida que a população jovem almejava. Tais fatores são importantes para compreender como as crises econômicas e políticas afetavam a juventude árabe, e para evidenciar a causa de sua participação expressiva na medida em que, para além de serem mais familiarizados com as tecnologias de comunicação, também sofriam grande parte das conseqüências da má gestão e repressão no Egito e seus países vizinhos.

Ademais, de acordo com Hoffman e Jamal (2012), a população mais jovem possui menos conexões com as religiões e passa a não se identificar mais com a secularização da política, que no Oriente Médio tem como religião majoritária o Islã. Isso porque, ao analisar a afinidade religiosa por gerações, apenas 60% da população afirma possuir e praticar uma religião, enquanto em idades mais avançadas a religiosidade está presente em 80% das pessoas (Hoffman; Jamal, 2012).

Tendo isso em vista, LaGraffe ainda reflete que as novas gerações, por terem maior familiaridade com as redes sociais, se tornam as principais fontes de comunicação durante os momentos revolucionários. Dessa maneira, a população mais jovem conta com novidades tecnológicas que a permite criar novas dinâmicas revolucionárias, e que, conseqüentemente, lida com menos barreiras de comunicação para que os movimentos ocorram e sejam bem sucedidos. Como explica Pippa Norris (2012) sobre o caso da Primavera Árabe, em seu estudo “Political Mobilizations and Social Network”:

Acredita-se amplamente que a expansão do acesso às plataformas de redes sociais como o Facebook, MySpace e Youtube, tenham facilitado a oposição política na região, com a capacidade de contornar o controle autocrático das vias aéreas e das ruas. Essa alegação ganha plausibilidade pela maneira em que o Oriente Médio experienciou uma onda massiva de mudanças tecnológicas desde que a Al Jazeera foi criada em 1996, com acesso à televisão de satélite, telefones portáteis, e plataformas de mídias sociais se espalhando mais rápido que mancha de óleo no Golfo (Norris, p. 55, 2012, tradução nossa)

Nesse quadro, a juventude egípcia, dentro de um ambiente revolucionário regional, pode ser compreendida como um dos casos mais representativos do uso da tecnologia para a expressão de suas contestações a uma ordem vivida que não a beneficiava, e o encorajamento de outros jovens a mais discussões políticas e presença nos protestos. Como previamente mencionado, o caso da morte de Khaled Said afetou, em sua maioria, uma população jovem que temia pelas mesmas consequências enquanto ativistas nas redes sociais, e mobilizou não somente pessoas no Egito, mas ativistas ao redor do mundo.

A Primavera Árabe, portanto, sendo um movimento de caráter multinacional, revelou diversas lideranças egípcias, dentre elas a revolucionária Asmaa Mahfouz. A ativista ficou conhecida no início do período revolucionário de 2011 quando publicava vídeos fazendo reflexões sobre as limitações nas quais viviam as populações árabes, e tratava de temas como o pertencimento feminino nos protestos e incentivava a presença nas ruas da população jovem. Durante o período revolucionário, as palavras de Mahfouz ressoaram em toda a região, que em apelo para a população pedia:

Desça para a rua. Envie SMSs. Poste nas redes. Conscientize as pessoas. Você é quem conhece seu próprio círculo social, seu prédio, sua família, seus amigos. Diga a eles para virem conosco. Traga cinco pessoas ou 10 pessoas. Se cada um de nós conseguir trazer cinco ou dez pessoas à Praça Tahrir e falar com as pessoas e dizer-lhes: “Isto é suficiente. Em vez de nos incendiarmos, façamos algo positivo”, isso fará a diferença, uma grande diferença. (Mahfouz, 2011, tradução nossa)

Nessa linha, Dina El-Sharnouby (2017) destaca como as novas gerações da região não se identificam mais com uma política que gira em torno de uma figura de um líder ou uma ideologia específica. Isto é, a população jovem passa a rejeitar uma cultura revolucionária de culto a um “herói” ou líder específico, tendo como exemplo mais explícito a revolução em 1952 com a figura de Gamal Abdel Nasser, e preza por uma revolução mais inclusiva e horizontal (El-Sharnouby, 2017).

Sendo assim, figuras como Malek Mostafa e Asmaa Mahfouz, apesar de serem considerados símbolos revolucionários, são cidadãos comuns que, com o aparato das redes sociais, conseguiram alcançar uma população que, também conectada pela tecnologia, pudesse ser incluída no processo revolucionário. Assim, El-Sharnouby percebe uma nova mentalidade na qual o objetivo não gira em torno do ganho de poder, mas da organização popular para a promoção de reformas políticas e exigência de inclusão da sociedade civil nos processos políticos. Essa característica é abordada por uma das entrevistadas de El-Sharnouby (2017), membro da comissão de Mohamed El Baradei, um dos principais opositores de Mubarak, e cuja identidade ficou em sigilo, na qual afirma:

“Consciência revolucionária” (w’y thaw-ry) é sobre fazer algo pelo país sem esperar um resultado, enquanto “consciência política” (w’y syasy) é sobre mirar no ganho de poder. O processo de pensamento político visa soluções rápidas, enquanto o pensamento revolucionário é paciente a longo prazo. (anônimo, 2017, tradução nossa)

Com isso, Linda Herrera (2012) destaca que as gerações nascidas entre 1970 e os anos 2000 possuem uma diferente abordagem quanto à participação política. Isto é, com os novos meios digitais, que permitem o acesso a diferentes percepções de cidadania e direitos globalmente, percebe-se uma maior idealização de mudanças políticas e uma autopercepção de práticas ditatoriais nos governos de seus países. Assim, a variável da juventude é imprescindível para compreender como a revolta de uma população teve seu protagonismo nas redes sociais, e como, através desse recurso, uma nova fase de repressão à revolução iniciou-se.

3. Mídias sociais enquanto armas da contrarrevolução

Em 11 de fevereiro de 2011, logo após os primeiros protestos da Primavera Árabe no Egito, a emissora americana CNN entrevistou o ativista político egípcio e chefe de marketing da Google Wael Ghonim, devido ao seu papel de organizador dos protestos de 25 de janeiro do mesmo ano. Ghonim, ao ser perguntado se essa havia sido a revolução da internet, afirmou: “definitivamente, essa foi a revolução da internet. Vou chamá-la de Revolução 2.0” (Ghonim, 2011, tradução nossa). O engenheiro de computação, ao descrever as implicações da internet para uma sociedade sob um regime autoritário, reiterou:

“se você quiser dar liberdade a uma sociedade, dê acesso à internet a eles, porque as pessoas e grupos jovens vão sair e escutar e ver a mídia sem viés, e ver a verdade sobre outras nações e suas próprias nações, e vão poder se comunicar e colaborar juntos”. (Ghonim, 2011, tradução nossa).

Entretanto, em análise 10 anos após os eventos revolucionários nos países árabes, o escritor tunisiano Haythem Guesmi (2021) afirma que a força dos canais modernos utilizados nas revoltas também poderia ser sua vulnerabilidade. Nesse contexto, Guesmi (2021) discorda da noção de que as redes sociais teriam sido o principal motor aos revolucionários, e insiste que há também um papel das redes sociais na contrarrevolução. Isso porque os regimes autoritários posteriormente utilizariam o seu acesso a essa tecnologia para censurar os seus opositores e conseguir informações privadas de ativistas.

Sob esse prisma, Mark Owen Jones (2024) afirma que governos autoritários e Big Techs compartilham um “apetite por informação de suas populações”(p. 2): enquanto as empresas de tecnologia utilizam esses dados para a venda e direcionamento de publicidades em seus aplicativos, o autoritarismo se beneficia por meio do maior controle de oposições e tendências

populacionais. Dessa maneira, governos e consultorias políticas passam a utilizar de dados vendidos por empresas de tecnologia privadas para fins de fiscalização e até mesmo repressão de grupos ativistas, no que Owens (2024) chama de “repressão transnacional da era digital” (p. 3).

Essa realidade evidenciou, portanto, que a internacionalização do uso das redes sociais como método de organização revolucionária gerou desvantagens aos seus utilizadores. Isso porque, da mesma forma que as táticas organizacionais são disseminadas, os seus contrapontos também compartilham de táticas repressoras, como afirma Halliday (1999a):

Se o internacionalismo revolucionário é um resultado quase que universal das revoluções, isso também vale para seu oposto, o internacionalismo contra-revolucionário, a tentativa dos poderes do status quo de impedir a disseminação das revoluções, de promover a sua reforma e, onde possível, a sua derrubada. (Halliday, 1999a, p. 151)

Guesmi (2021) ainda critica o uso do contexto da Primavera Árabe pelas Big Techs para a promoção dessa tecnologia como uma arma a favor da democracia, o que distorce a centralidade dos cidadãos. Nesse sentido, as grandes companhias, como o Facebook e o X (Twitter) passam a ocupar o espaço enquanto atores de uma governança revolucionária, ao deterem o poder de liberar ou censurar certas manifestações da população, e de possuírem informações privilegiadas de grupos ativistas, cruciais para a manutenção do autoritarismo nos países árabes.

Essa nova função das Big Techs pôde ser observada em 2016, após as eleições presidenciais dos Estados Unidos, quando o CEO do Facebook, Mark Zuckerberg, contratou Sheryl Sandberg, administradora que havia tido experiência em ambientes governamentais e trabalhado na Secretaria do Tesouro americano na presidência de Bill Clinton. Zuckerberg afirmou que a sua contratação se deu porque a empresária apresentava qualidades importantes de experiência na área governamental, que seriam “cada vez mais relevantes para comandar a empresa” (Kirkpatrick, 2018). Para este efeito, Sandberg destacou a importância da governança que o Facebook exercia globalmente, ao declarar que “estamos realmente definindo políticas” (Kirkpatrick, 2018).

Sendo assim, apesar de poder ser percebido como um instrumento organizador, a exposição de dados à qual os revolucionários se submetem ao utilizar esses recursos digitais faz com que os administradores dessas plataformas monetizem essas informações, as quais são acessadas pelos governos. Isto é, grandes companhias de aplicativos passam a ter envolvimento político em questões transnacionais na medida em que possuem domínio sobre informações que

podem ser de interesse de governos de países cujas populações passam por momentos revolucionários.

Ademais, como explicita Jonathan Taplin (2017), apesar de os recursos digitais de comunicação serem responsáveis por moldar as vidas diárias da população mundial, as suas organizações e estruturas não são democraticamente definidas. Isto é, apesar de as Big Techs possuírem o controle de dados que as tornam importantes atores políticos internacionalmente, o controle das limitações de usos de algoritmos e de permissividade de postagens não passa por um consenso da população, além de ter regras variáveis de acordo com o país (Taplin, 2017).

Nessa circunstância, Lynch (2015) afirmou que as redes sociais tiveram um “papel disruptivo”(p. 91) no período de transição política após a derrubada do ditador no Egito, mas também em países como a Tunísia e a Líbia. Isso porque, em um momento de vulnerabilidade das instituições políticas, as mídias foram grandes amplificadores de “medos e incertezas” (p. 91), ao disseminarem situações de aplicação de jurisdição politizada e de descredibilização de uma nova constituição. Lynch (2015) considera que o Egito foi a nação que teve a criação da maior polarização devido a uma insegurança criada na população, o que deixou um ambiente mais propenso à volta de governos autoritários, e o que o autor acredita ser, ultimamente, um dos fatores para que o país tivesse o retorno de um regime ditatorial em 2013.

Com isso, as novas mídias no cenário revolucionário egípcio, em um primeiro momento, foram essenciais para a rapidez e o alcance dos movimentos que cresceram de manifestações locais para transnacionais. Contudo, como Lynch (2015) destaca, o momento de transição governamental posterior à revolução foi marcado por mídias sensacionalistas, processos demorados de formação de novas constituições, e demonização dos atores revolucionários, o que incentivou as divisões étnicas, regionais e religiosas do país.

Por sua vez, Sherif Mansour (2015) destaca que, após a destituição de Mubarak, a repressão às mídias seguia diretrizes similares ao período anterior a 2011, mas dessa vez sob a liderança do governo de transição comandado pelos militares. Assim, ao identificar as mídias de massa como uma das ferramentas mais importantes à revolução, o Serviço de Investigações de Segurança do Estado passou a exigir licenças especiais para que os jornalistas independentes atuassem, concedidas ou não com base no critério de “manter a integridade estatal egípcia” e “não causar caos na nação” (Mansour, 2015).

O controle do conteúdo a ser publicado, portanto, fez com que as postagens revolucionárias ficassem marginalizadas, ao contrário da atmosfera fértil que vivenciavam em 2011, e que passassem a ser consideradas como ameaças à segurança nacional. Um dos casos mais evidentes se deu com a campanha “Filhos de Mubarak”, financiada pelo Estado e que foi

responsável por disseminar mensagens pró-militares e contrarrevolucionárias no Facebook e Twitter, o que dividiu a atenção com as reivindicações por mudanças na estrutura governamental (Mansour, 2015).

Com isso, as novas mídias, segundo Lynch (2015), revelaram-se importantes fatores para o fracasso da transição egípcia para um novo governo, visto que o presidente eleito em 2012, Mohammed Morsi, foi deposto em 2013, com a implementação de um novo governo militar no país. Percebe-se, então, que o período revolucionário da Primavera Árabe foi importante, também, para a instalação da prática de controle dessas plataformas sociais pelos líderes autoritários.

4. Considerações finais

Tendo isso em vista, a presente pesquisa buscou expor de que maneira os eventos revolucionários no Egito, enquanto país com grande relevância regional, foram importantes para observar o uso da internet para fins revolucionários, o que se mostrou uma novidade no contexto sócio-político mundial. Assim, o caso da Primavera Árabe em 2011 é pertinente para evidenciar como as novas tecnologias foram importantes para internacionalizar essas dinâmicas de protestos, e reforçar uma “cultura árabe transnacional” (Mohamed, 2017), que permitiu que o movimento ocorresse simultaneamente em diversas nações.

Nesse sentido, a recuperação dos movimentos sociais no Egito nos anos anteriores a janeiro de 2011 foi imprescindível para perceber de que forma, antes da queda de Mubarak, criava-se uma estrutura revolucionária nos meios digitais que serviu de base para os anos posteriores. Percebe-se, pois, que o papel das redes sociais enquanto instrumento de protesto no Egito tem início ainda na década de 1990, a partir da popularização e maior acessibilidade das novas tecnologias digitais, o que passou a criar uma base de movimentos sociais online. Sendo assim, a conectividade que as redes sociais proporciona não apenas divulga as motivações políticas que as incitam, mas também dissemina um modelo de organização popular que usa a internet a seu favor.

Dentro dessa conjuntura, nota-se como uma parcela da população obteve protagonismo nos protestos e em sua organização: a juventude. Sendo uma das primeiras gerações a crescer com a internet, a familiarização com as novas tecnologias e o seu uso enquanto fórum social fez com que o conteúdo da revolução fosse mais facilmente compartilhado entre esse segmento. Ademais, a dificuldade de entrada no mercado de trabalho e as altas taxas de desemprego

vividas por essa faixa etária tornaram essa parcela da população mais inclinada a agir sobre a sua insatisfação com o regime sob o qual vivia.

Com isso, o uso de redes como o Facebook, Youtube e Twitter possibilitou a criação de novas dinâmicas de comunicação e, em conjunto, de poder. Como destacou Haythem Guesmi (2021), a retrospectiva do papel das redes sociais na Primavera Árabe permitiu perceber que, mesmo tendo sido promovidas como “armas pela democracia” (p. 3), as informações contidas nesses aplicativos também foram essenciais para o momento de contrarrevolução e boicote dos movimentos populares. Assim, percebe-se um papel importante das empresas transnacionais de tecnologia enquanto atores políticos, visto que, a fim de obter ganhos materiais com o acesso privilegiado a essas informações, monetizaram aquelas que permitiram aos governos autoritários utilizá-las para controlar os protestos e potenciais revoltas.

O caso do “modo Tahrir de revolução”, portanto, mostrou-se um importante disseminador de uma cultura revolucionária, na medida em que a criação de uma estrutura online décadas antes dos eventos de 2011 contribuiu para que as revoltas às condições vividas pelas populações nos países árabes repercutissem não somente nacionalmente, mas também em outros países em situações similares. Desse modo, a exposição da centralidade do Egito no contexto revolucionário com relação a outras nações em revolução, como a Tunísia e a Líbia, evidencia como o uso das redes sociais nas práticas revolucionárias naquele país tornou-se um paradigma para outros movimentos.

Finalmente, a análise do caso egípcio evidencia uma dicotomia do uso das redes sociais nas revoluções modernas pois, ao mesmo tempo que são importantes instrumentos de comunicação dos revolucionários, também se mostram uma ameaça no caso de governos autoritários terem controle sobre elas. Conclui-se, portanto, que as novas mídias, apesar de terem sido um fator crucial às revoluções de 2011, são veículos para esses protestos, e não ferramentas inerentemente democráticas. Assim, a essência das revoluções, mesmo que analisada em diferentes contextos temporais e sociais se mostra, fundamentalmente, fruto da organização da população e da instrumentalização dos recursos que lhe são disponibilizados.

Referências Bibliográficas

BUECHLER, Steven M. BEYOND RESOURCE MOBILIZATION? Emerging Trends in Social Movement Theory. Mankato State University: The Sociological Quarterly, Volume 34, Number 2, pp- 217-235, 1993.

CLINTON, Hillary. Discurso por ocasião de menções à liberdade na internet. Washington, 21 jan. 2010. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2010/01/135519.htm>

EL MADHY, Rabab; KORANY, Bahgat. Arab Spring in Egypt: Revolution and Beyond. New York: The American University in Cairo Press, 2012.

ELTANTAWY, Nahed; WIEST, Julie. Social Media in the Egyptian Revolution: Reconsidering Resource Mobilization Theory. *International Journal of Communication*, vol. 5, p. 1207–1224, 2011.

FARIS, David; SNIDER, Erin. The Arab Spring: U.S. Democracy Promotion in Egypt. *Middle East Policy*, Vol. 18, no. 3, 2011.

FUCHS, Christian; TROTTIER, Daniel. Social media, politics and the state: Protests, Revolutions, Riots, Crime and Policing in the Age of Facebook, Twitter and YouTube. New York and London: Routledge, 2015.

GERBAUDO, Paolo. *Tweets and the Streets: Social Media and Contemporary Activism*. New York: Pluto Press, 2012.

GUESMI, Haythem. The social media myth about the arab spring. *Aljazeera*, 27 de jan. de 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2021/1/27/the-social-media-myth-about-the-arab-spring>. Acesso em: 23 de set. de 2024.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999a.

HALLIDAY, Fred. *Revolution and Politics: The Rise and Fall of the Sixt Great Power*. Macmillan Press, 1999b.

HALLIDAY, Fred. *The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

HALVERSON, Jeffry; RUSTON, Scott; TRETHERWEY, Angela. Mediated martyrs of the Arab spring: new media, civil religion, and narrative in Tunisia and Egypt. *Journal of Communication* 63(2), p. 312–332, abr. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jcom.12017>. Acesso em: 10 out. 2024.

HAMDY, Naila Nabil. The Internet and Egypt's National Development. *Cairo: Global Media Journal*, 2008. Disponível em: <https://www.globalmediajournal.com/open-access/the-internet-and-egypts-national-development.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

HENDRICKSON, C. & GALSTON, W., 2019. Big tech threats: Making sense of the backlash against online platforms. Brookings Institution. Disponível em: <https://coilink.org/20.500.12592/fwg1n3>. Acesso em: 1 nov. 2024.

HERRERA, Linda. Youth And Citizenship In The Digital Age: A View From Egypt. *Harvard Educational Review*, vol. 82(3), p. 333–352, sep. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.17763/haer.82.3.88267r117u710300>. Acesso em: 5 jun. 2024.

HOWARD, Philip; HUSSAIN, Muzammil. The Upheavals in Egypt and Tunisia: The Role of Digital Media. y Johns Hopkins University Press: *Journal of Democracy*, Vol. 22, jul 2011, pp. 35-48.

JONES, Marc. Big Tech’s Partnership with Authoritarianism. Middle East Research and Information Project, 2023.

KIRKPATRICK, David. The Facebook Defect. *Time Magazine*, New York, abr. 2018. Disponível em: <https://time.com/5237458/the-facebook-defect/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

KHAMIS, S., & VAUGHN, K. (2012). “We Are All Khaled Said”: The potentials and limitations of cyberactivism in triggering public mobilization and promoting political change. *Journal of Arab & Muslim Media Research*, vol. 4(2), p. 145–163.

KRAIDY, Marwan. The Naked Blogger of Cairo. *Creative Insurgency in the Arab World*. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

LAGRAFFE, Daniel. The Youth Bulge in Egypt: An Intersection of Demographics, Security, and the Arab Spring. *Journal of Strategic Security*, vol. 5, p. 65-80, 2012.

LESCH, Ann. Egypt’s Spring: Causes of the Revolution. *Middle East Policy*, Washington, vol. 18, ed. 3, 2011. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/7cd7f9a78829817e66996b44edcccf68/1?pq-origsite=gscholar&cbl=31168>. Acesso em: 18 mai. 2024.

LYNCH, Marc. Blogging the new Arab Public. *Arab Media and Society*, 12 de mar. de 2007. Disponível em: <https://www.arabmediasociety.com/blogging-the-new-arab-public/>. Acesso em: 26 de set. de 2024.

LYNCH, Marc. After the Arab Spring: How the Media Trashed the Transitions. *Journal of Democracy*, vol. 26, p. 90-99, out. 2015.

MAHFOUZ, Asmaa. From Tahrir to Wall Street: Egyptian Revolutionary Asmaa Mahfouz Speaks at Occupy Wall Street. Entrevista concedida a Amy Goodman. *Democracy Now*, out. 2011. Disponível em:

https://www.democracynow.org/2011/10/25/from_tahrir_to_wall_street_egyptian. Acesso em: 10 out. 2024.

MALKY, Rania Al. Blogging for reform: the case of Egypt. *Arab Media and Society*, mar. 2007. Disponível em: <https://www.arabmediasociety.com/blogging-for-reform-the-case-of-egypt/>. Acesso em: 23 de set. de 2024.

MANSOUR, Sherif. Egypt. National Endowment for Democracy, out. 2015. Disponível em: <https://www.ned.org/stifling-the-public-sphere-media-and-civil-society-in-egypt-russia-and-vietnam/>. Acesso em: 11 out. 2024.

MOHAMED, Eid. Culture and society during revolutionary transformation: Rereading Matthew Arnold and Antonio Gramsci in the context of the Arab Spring's cultural production. *International Journal of Cultural Studies*, vol. 23, p. 150-168, mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1367877919842572>. Acesso em: 8 out. 2024.

NORRIS, Pippa. Political mobilization and social networks: The example of the Arab spring. In: KERSTING, Norbert. *Electronic Democracy*. Barbara Budrich Publishing, pp. 55-76, 2012.

RADSCH, C.C. (2016). Cyberactivism and Egypt's Youth Movement. In: *Cyberactivism and Citizen Journalism in Egypt. Information Technology and Global Governance*. Palgrave Macmillan, New York. Disponível em: https://doi.org/10.1057/978-1-137-48069-9_5. Acesso em: 10 jul. 2024.

SINGERMAN, Diane. Youth, Gender, And Dignity In The Egyptian Uprising. *Journal of Middle East Women's Studies*, vol. 9, p. 1-27, 2013.

SKOCPOL, Theda. *States and Social Revolutions*. Cambridge University Press, 1979.

STOENESCU, Marilena. Large youth population plus high unemployment - challenges facing ENP-South countries. Eurostat, out. 2014. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Archive:Youth_statistics_-_North_Africa_and_Eastern_Mediterranean. Acesso em: 8 out. 2024.

TAPLIN, Jonathan. *Move fast and break things: How Facebook, Google, and Amazon have cornered culture and what it means for all of us*. New York, NY: Macmillan, 2017.

TUFTE, Thomas. O renascimento da Comunicação para a transformação social – Redefinindo a disciplina e a prática depois da Primavera Árabe. São Paulo: Intercom RBCC, v.36, n.2, p. 61-90, jul./dez. 2013.

VIEIRA, Vivian Patricia Peron. O Papel Da Comunicação Digital Na Primavera Árabe: Apropriação E Mobilização Social. Curitiba: Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2013.

WORLD BANK. Number of people using the internet: Egypt. Our World in Data, nov. 2024. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/number-of-internet-users?country=~EGY>. Acesso em: nov. 2024.